

A substituição do livro didático pelo sistema apostilado Maxi no ensino público em Mato Grosso: uma análise comparativa com foco no predicado

Aline Schumacher Guedes¹

Ana Maria Macedo²

Resumo: Este trabalho teve como objetivo analisar o ensino de predicados no 8º ano do Ensino Fundamental em Mato Grosso. Para tanto, discutimos o ensino de predicados em dois materiais didáticos: livro didático e a nova apostila do *Sistema Estruturada de Ensino Maxi*, implantada nas escolas estaduais em 2022. Como suporte teórico partimos de Possenti (2012) e Neves (2013), que discutem a relação entre gramática e uso, e os tipos de gramáticas. Para tratar dos predicados numa abordagem tradicional e numa descritiva partimos de Cunha e Cintra (2017) e Neves (2018). Por se tratar de um objeto de ensino, observamos também como o assunto é tratado na BNCC. A partir deste referencial fizemos uma análise dos materiais didáticos e, assim, discutimos se o ensino por meio da apostila, comparado ao livro didático, apresentou significativas mudanças e/ou melhorias, analisando se este ensino aconteceu de forma mais consistente ou não.

Palavras-Chave: Gramática; Uso; Apostila; Livro Didático; Predicados.

Abstract: This work aimed to analyze the teaching of predicates in the 8th year of Elementary School in Mato Grosso. To this end, we discuss the teaching of predicates in two teaching materials: the textbook and the new booklet of the Maxi Structured Teaching System, implemented in state schools in 2022. As theoretical support, we start from Possenti (2012) and Neves (2013), which discuss the relationship between grammar and usage, and the types of grammars. To deal with predicates in a traditional and descriptive approach, we start from Cunha and Cintra (2017) and Neves (2018). As it is a teaching object, we also observe how the subject is treated at BNCC. From this reference, we analyzed the teaching materials and, therefore, discussed whether teaching through the booklet, compared to the textbook, presented significant changes and/or improvements, analyzing whether this teaching happened in a more consistent way or not.

Keywords: Grammar; Use; Apostille; Textbook; Predicates.

Introdução

Em 2022, foram implantadas nas escolas estaduais de nível Fundamental e Médio do Estado de Mato Grosso as apostilas do *Sistema Estruturado de Ensino*, organizado pelo *Sistema Maxi de Ensino*, e é a partir da implementação deste novo material didático que este

¹ Graduada em Licenciatura em Letras – Unemat/Pontes e Lacerda. E-mail: line.schumacher@unemat.br

² Professora do curso de Licenciatura em Letras – Unemat/Pontes e Lacerda. E-mail:

namacedo@unemat.br

estudo é realizado. Neste trabalho, objetivamos comparar o ensino de predicados na nova apostila com o do livro didático, de ora em diante (LD), material utilizado anteriormente nas escolas do Mato Grosso. Buscaremos identificar o tipo de gramática utilizado na sala de aula e o modo como ela pode interferir no ensino sobre predicados.

A partir de uma pesquisa exploratória e bibliográfica, analisaremos semelhanças e diferenças na abordagem sobre predicado entre o LD e a apostila. Usaremos as concepções de Possenti (2012) e Neves (2013) para discutir o termo gramática e para explorar seus conceitos e classificações. Discutiremos o predicado, a partir das concepções de Possenti (2012). Para discutir a perspectiva gramatical tradicional/ normativa utilizaremos Cunha e Cintra (2017) e para a descritiva, Neves (2018).

Nosso trabalho está estruturado em quatro tópicos. O primeiro, *Gramática e uso*, trata do significado do termo *gramática*, a relação da gramática da língua com o uso, e a forma como a gramática é apresentada na BNCC.

O segundo tópico, *Predicados sob as perspectivas das gramáticas tradicional e descritiva*, tratará dos predicados numa perspectiva da gramática normativa e da descritiva. No terceiro tópico, *Metodologia*, constará a escolha do *corpus* de análise, recortes (imagens) da apostila e do livro didático (LD) e como se deu a análise. No quarto tópico buscaremos demonstrar como o ensino de predicados é abordado nos materiais didáticos e demonstrar qual tipo de gramática utilizada em sala de aula. Após isso apresentaremos nas *Considerações finais* o tipo de gramática trabalhada em sala de aula, e se o ensino de predicados é abordado de forma mais consistente no livro didático (LD) ou na apostila.

1. Gramática e Uso

O termo **Gramática** tem vários significados, por isso segundo Neves (2013), é necessária sua definição. Seu estudo não deve ser separado do estudo de língua, uma vez que a gramática só existe a partir da linguagem e é em função da língua que ela funciona. Para Neves (2013), a gramática pode ser entendida como um meio de organização da língua, como uma disciplina ou como um apanhado de lições que varia de acordo com diferentes campos e, neste sentido, varia em diferentes lições (Neves, 2013, p. 29). Assim, para Neves, no “modelo normativo puro”, a gramática funcionaria “como um conjunto de regras que o usuário deve aprender para falar e escrever corretamente a língua”, enquanto a gramática “no modelo descritivo ou expositivo” funcionaria como um como um conjunto de lições “que descreve os fatos de uma dada língua” (Neves, 2013, p. 29). Já “no modelo estruturalista”, segundo a

autora, a gramática é vista “como uma das formas e estruturas de uma língua”, ao passo que “no modelo gerativo” a gramática trabalharia “como um sistema de regras que o falante” naturalmente utiliza para “falar ou entender sua língua” (Neves, 2013, p. 29).

Para Neves (2013) o “estudo do desenvolvimento das ‘lições’ gramaticais” estaria interligada ao que “caracteriza a natureza normativa das obras gramaticais do Ocidente”, incluindo a das “gramáticas de língua portuguesa” (Neves, 2013, p. 30), porque é mediante a natureza e origem das gramáticas que o paradigma do que é gramática é estabelecido. Desta maneira, a taxonomia gramatical estaria dividida entre o que é neutro e descritivo e o que é modelar, ou seja, entre o “que a língua é” e o “que a língua **deve ser**” (Neves, 2013, p. 30, grifo da autora). Ainda segundo a autora, a gramática estaria condicionada a partir das interpretações da linguagem, condições das quais podemos dizer estarem interligadas ao uso de uma determinada língua.

A gramática também pode ser considerada uma disciplina “que pelas próprias condições que surgiu aparece com finalidades práticas, mas que representa um edifício somente possível sobre a base de uma disciplina teórica do pensamento sobre a linguagem” (Neves, 1987, p. 15 *apud* Neves, 2013, p. 31).

O uso de uma determinada ferramenta pressupõe que haja conhecimento prévio de como utilizar, mas, não é necessário saber todas as regras gramaticais usar a gramática da língua, pois está instituído e internalizado no nosso dia a dia o uso da língua e conseqüentemente o da gramática. De acordo com Possenti (2012, p. 30)

Saber falar significa saber uma língua. Saber uma língua significa saber gramática. [...] Saber uma gramática não significa saber de cor algumas regras que se aprendem na escola, ou saber fazer algumas análises morfológicas e sintáticas. Mais profundo do que esse conhecimento é o conhecimento (intuitivo ou inconsciente) necessário para falar efetivamente a língua.

Possenti (2012, p.31) afirma que “nem todos sabem tudo, mas todos sabem muito” ou seja, quem “diz e entende frases faz isso porque tem um domínio da estrutura da língua” (Possenti, 2012, p. 31). Este conhecimento prévio vem desde a fase em que as crianças aprendem a falar ouvindo os adultos e faz parte do que o autor afirma ser o “capital linguístico” (Possenti, 2012, p. 83) Neves (2013) também defende que ninguém “precisa primeiro estudar as regras de uma disciplina gramatical para depois ser falante competente de sua língua” materna, pois “a ativação natural da gramática da língua é a simples e exata

medida da ligação entre esquemas cognitivos e capacidade de enunciação” que envolve as capacidades linguística e sociais (Neves, 2013, p. 125).

1.1 Tipos de gramáticas

Em *Porque (não) ensinar gramática na escola*, Possenti (2012) apresenta diferentes tipos de gramática: “1) conjunto de regras *que devem ser seguidas*; 2) conjunto de regras *que são seguidas*; 3) conjunto de regras *que o falante da língua domina*” (Possenti, 2012, p. 64, grifo do autor).

As duas primeiras definições de gramática “dizem respeito ao comportamento oral ou escrito dos membros de uma comunidade linguística, no sentido de que as regras em questão se referem à organização das expressões que eles utilizam”, e a terceira definição “refere-se a hipóteses sobre aspectos da realidade mental dos mesmos falantes” (Possenti, 2012, p. 64).

O primeiro, conjunto de regras que devem ser seguidas, é denominado como gramáticas normativas ou prescritivas e possuem a função de apresentar “um conjunto de regras, relativamente explícitas e relativamente coerentes, que, se dominadas, poderão produzir como efeito o emprego da variedade padrão (escrita e/ou oral)” (Possenti, 2012, p. 64) da língua. Nesta gramática, “a língua corresponde às formas de expressão observadas produzidas por pessoas cultas, de prestígio” (Possenti, 2012, p. 74), e é nesta também que a “norma culta ou “variante padrão” ou “dialeto padrão” (uma variedade linguística considerada como de prestígio por lidar com a língua “pura” e homogênea, e por ser caracterizada como um padrão a ser alcançado socialmente) é considerada correspondente.

O segundo, conjunto de regras que são seguidas, é denominado como gramática descritiva. Este é preocupado em “*descrever e/ou explicar* as línguas tais como elas são faladas” (Possenti, 2012, p. 65, grifo do autor). Neste tipo de gramática não há “*nenhuma pretensão prescritiva*” (Possenti, 2012, p. 68, grifo do autor), pois os gramáticos se utilizam do critério de que diferentes formas de dizer podem ser empregadas na língua, assim como os aspectos sociais e situacionais a influenciam. Nesta gramática, todos os dados são levados em consideração como pertencente à língua, pois não há uma predominância exclusiva de uma única variante.

O terceiro, o conjunto de regras que o falante domina, é denominado como gramática internalizada e “refere-se a hipóteses sobre os conhecimentos que habilitam o falante a produzir frases ou sequências de palavras” de modo que estas sejam “compreensíveis e reconhecidas como pertencendo a uma língua (Possenti, 2012, p. 69). Neste tipo de gramática,

é reconhecido que o conhecimento prévio dos falantes da língua está fundamentado no conhecimento “lexical e sintático”, onde o

conhecimento lexical pode ser descrito como a capacidade de empregar as palavras adequadas (isto é, instituídas historicamente como as palavras da língua) às “coisas”, aos “processos” etc. O conhecimento sintático-semântico tem a ver com a distribuição das palavras na sentença e o efeito que tal distribuição tem para o sentido” (Possenti, 2012, p. 70).

Assim, este tipo de gramática é a que está na “mente dos falantes, e que funciona como a fonte das formas linguísticas produzidas” (Possenti, 2012, p. 70).

Neves (2013), ao abordar os conceitos gramaticais, explica a partir das concepções de Nogueira (1999) que o autor considera três perspectivas de gramáticas e que estas são complementares, sendo “descritiva, normativa-prescritiva e produtiva” sendo que as duas primeiras perspectivas são de uma

validade indiscutível, “porque as línguas naturais são mecanismos cujo funcionamento decorre do rigor inerente à relação que entre si mantêm os elementos que as constituem como sistemas [...] e porque a interação verbal, ou, por outras palavras, as práticas de uso da língua em situações concretas de enunciação e comunicação, implica(m), por parte dos falantes, a consciência, mais ou menos crítica, de que existe uma norma, entidade ideal que até certo ponto determina o estabelecimento de padrões e correções vigentes” (Nogueira, 1999, p. 104 *apud* Neves, 2013, p. 160).

Neste sentido de perspectivas, há um outro conceito na qual Neves (2013) discute embasada em Barros (2001), para quem há três tipos de discursos da gramática:

aquele que produz uma imagem de língua única, homogênea, sem variação (a norma é única); aquele que aponta uma norma boa e uma norma má (a norma é prescritiva); aquele que considera ausência de norma, ou seja, contempla a existência de variantes (a norma é a de frequência de usos) (Barros, 2001, p. 11 *apud* Neves, 2013, p. 161).

Apesar de diferentes nomenclaturas, os estudos acerca dos tipos de gramática são baseados no saber de que ensinar “gramática é ensinar a língua em toda sua variedade de usos, e ensinar regras é ensinar o domínio do uso” (Possenti, 2012, p. 86).

1.2 A gramática na BNCC

A BNCC é um documento orientativo para a educação brasileira, assim, ela pode tanto contribuir quanto engessar o ensino de Língua Portuguesa, ou, mais especificamente, ao ensino de predicados (nosso objetivo inicial).

Na BNCC, consta que ensino de língua portuguesa deve se dar a partir da “perspectiva enunciativo-discursiva de linguagem, já assumida em outros documentos, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)” (BRASIL, 2018, p. 67). De acordo com a BNCC (2018), na proposta de trabalhar com uma linguagem enunciativo-discursiva assume-se uma “centralidade do texto como unidade de trabalho” (BRASIL, 2018, p. 67), mas o foco, de fato, não é o texto e, sim, a classificação e identificação dos gêneros. Na BNCC, também é explicado que o ensino de língua no espaço escolar deve

conhecer e valorizar as realidades nacionais e internacionais da diversidade linguística e analisar diferentes situações e atitudes humanas implicadas nos usos linguísticos, como o preconceito linguístico (BRASIL, 2018, p. 70).

No entanto, o que se vê no documento é um amontoado de regras que não considera o aprendizado da língua em uso. No “Ensino Fundamental – Anos Finais”, na área de Língua Portuguesa nas turmas do 8º/9º ano, a palavra “identificar” aparece dez vezes, o que demonstra o foco na classificação de categorias linguísticas. Neste sentido, a BNCC se contradiz e contradiz seu discurso de trabalhar a língua em uso. Assim, a BNCC é contraditória, afirmando ora que trabalha com a língua em uso, ora trabalhando a partir de gramáticas normativas.

Quando a BNCC sugere que “estudos de natureza teórica e metalinguística – sobre a língua, sobre a literatura, sobre a norma padrão e outras variedades da língua – **não devem nesse nível de ensino ser tomados como um fim em si mesmo, devendo estar envolvidos em práticas de reflexão**” (BRASIL, 2018, p. 78, grifo nosso) ela está demonstrando que o enfoque documental não é propriamente o ensino de língua, mas sim a língua como meio de “reflexão”, o que foge do propósito iminente de se estudar a língua (e conseqüentemente a sua “gramática”) que é a formação de um discente competente linguisticamente para ler e escrever com domínio na sua língua materna.

A BNCC considera como principal eixo o da Análise Linguística e Semiótica, pois, de acordo com o documento, este é um eixo responsável em abordar de “forma articulada às habilidades relativas às práticas de uso – leitura/escuta e produção de textos [...] os conhecimentos linguísticos relacionados à ortografia, pontuação, conhecimentos gramaticais (morfológicos, sintáticos, semânticos)” (BRASIL, 2018, p. 82). Mas, se este é o eixo que é considerado como principal, e se a BNCC foca no uso da língua, por que motivo este eixo, por meio de suas habilidades correspondentes, leva os alunos a fazerem identificação e classificação de termos linguísticos? Isso não seria comum se o foco fosse o de identificação-como ocorre no estudo a partir da gramática normativa? Estas são algumas das muitas indagações acerca do ensino de língua e gramática na BNCC.

Na BNCC, não conseguimos localizar no segmento Ensino Fundamental- Anos Finais: 8º ano uma designação ou explicação de como “deveria” ser o ensino de predicados. O que se tem no documento é localizado apenas de forma meio rasteira no segmento de abordagem inicial da disciplina Língua Portuguesa, conforme o trecho localizado num “quadro referente a todos os campos os conhecimentos linguísticos relacionados à ortografia, pontuação, conhecimentos gramaticais (morfológicos, sintáticos, semânticos)” (BRASIL, 2018, p. 82). Neste quadro na categoria “Morfofossintaxe” há o pequeno trecho: “Correlacionar as classes de palavras com as funções sintáticas (sujeito, predicado, objeto, modificador etc.)” (BRASIL, 2018, p. 83) e na categoria “Sintaxe” há o trecho: “Conhecer e analisar as funções sintáticas (sujeito, predicado, objeto, modificador etc.)” (BRASIL, 2018, p. 83). Sendo assim, não há uma exploração de como este estudo deve/ deveria ser trabalho em sala de aula, o que há é uma menção que os alunos devem “conhecer” e “correlacionar” as classes de palavras e as funções sintáticas, ou seja, novamente a BNCC contradiz seu discurso de trabalhar a língua com enfoque no uso.

2. Predicados sobre as perspectivas das gramáticas tradicional e descritiva

Nesta seção, apresentamos o predicado na perspectiva tradicional com Cunha e Cintra (2017) e na perspectiva descritiva a partir de Neves (2018).

O predicado faz parte da estrutura de uma oração, sendo um dos termos essenciais que a compõem. O outro termo essencial da oração chama-se sujeito. Na oração o sujeito e o predicado são apresentados a partir dos sintagmas nominal e verbal. O sintagma verbal (SV) seria o que “constitui o predicado. Nele há sempre um verbo, que quando SIGNIFICATIVO, é seu núcleo” (Cunha; Cintra, 2017, p. 138, grifo dos autores). O sintagma verbal, deste modo, também “pode ser complementado por sintagmas nominais e modificado por advérbios ou expressões adverbiais” (Cunha; Cintra, 2017, p. 138). Na perspectiva tradicional, um predicado pode ser apresentado em três formas: nominal, verbal ou verbo-nominal (Cunha; Cintra, 2017, p. 146).

O predicado nominal é aquele formado por “um VERBO DE LIGAÇÃO + PREDICATIVO” (Cunha; Cintra, 2017, p. 146, grifo dos autores). No predicado nominal, o verbo de ligação é expresso na oração estabelecendo uma “união entre duas palavras ou expressões de caráter nominal”, ou seja, estes verbos não trazem uma “ideia nova ao sujeito;

funcionam apenas como elo entre este e o seu predicativo” (Cunha; Cintra, 2017, p. 147). O predicativo pode, neste caso, “ser representado” por um “substantivo ou expressão substantivada”, por um “adjetivo ou locução adjetiva”, por um “pronome” ou “numeral”, ou por uma “oração substantiva predicativa” (Cunha; Cintra, 2017, p. 148).

O predicado verbal “tem como núcleo, isto é, como elemento principal da declaração que se faz do sujeito, um VERBO SIGNIFICATIVO”, ou seja, verbos “que trazem uma ideia nova ao sujeito” (Cunha; Cintra, 2017, p. 149). No predicado verbal, os verbos significativos são apresentados como intransitivos, onde as ações acabam no verbo (Cunha; Cintra, 2017, p. 149), e transitivos, com verbos que exigem “certos termos para complementar-lhes o significado” pois como “o processo verbal não está contido” apenas nestes verbos eles dependem de “outros elementos” para lhe complementarem o significado (Cunha; Cintra, 2017, p. 150).

No que diz respeito ao predicado verbo-nominal, Cunha e Cintra (2017) afirmam que não são “apenas os verbos de ligação que se constroem com predicativo do sujeito”. Também os verbos significativos podem ser empregados com eles” (Cunha; Cintra, 2017, p. 151). Neste sentido, por ser “este predicado misto, que possui dois núcleos significativos (um verbo e um predicado)” que este tipo de predicado é denominado como verbo-nominal (Cunha; Cintra, 2017, p. 151).

Na perspectiva descritiva, tanto o sujeito quanto o predicado são considerados componentes das Funções Sintáticas (Neves, 2018, p. 87). Conforme Neves (2018) o

modo básico de combinação sintática (oracional) é a predicação, pela qual um verbo ou algum outro núcleo de predicado se constrói com elementos que exercem FUNÇÕES no interior ou em torno dela. Assim, entre as FUNÇÕES SINTÁTICAS, algumas são essencialmente ligadas à formação da predicação, ou seja, são exercidas por participantes- ou termos- da relação predicativa que constrói a oração (com o verbo no centro) (Neves, 2018, p. 87, grifos da autora).

De acordo com Neves (2018), verbo e predicado andam unidos, pois “o VERBO é a classe de palavra voltada a construir o núcleo do PREDICADO da oração” (Neves, 2018, p. 152, grifo da autora). Para Neves “a classificação dos PREDICADOS das orações, segundo significado, baseia-se em unidades semânticas presentes no VERBO, embora se defina apenas na oração construída” (Neves, 2018, p. 153, grifo da autora). Neste sentido, Neves (2018) aborda que há três tipos de verbos na formação dos “predicados das orações”: verbos “**de ação ou atividade**” que “genericamente [...] dizem o que alguém (um agente) faz ou o que algo (um causativo) causa”, verbos “**de processo**” onde genericamente “dizem o que acontece”, e verbos “**de estado**” onde genericamente e com uma indicação negativa “não

dizem nem o que alguém faz nem o que acontece” (Neves, 2018, p. 153, grifos da autora). A autora complementa informando que tais “indicações ainda permitem concluir que estes três tipos semânticos de VERBOS/ PREDICADOS podem ser reunidos” (Neves, 2018, p. 153, grifos da autora) em outras duas classes maiores, sendo verbos “**dinâmicos**: os de ação/ atividade e os processos” e verbos “**não dinâmicos (estáticos)**: os de estado” (Neves, 2018, p. 153, grifos da autora). Neste sentido Neves (2018) afirma haver dois tipos de predicados: predicados verbais e predicados não verbais.

Os predicados verbais possuem verbos como seus núcleos e, neste sentido, a “predicação constitui, pois, o resultado da aplicação de um certo número de termos (que designam entidades) [...] a um PREDICADO (que designa propriedades ou relações)” (Neves, 2018, p. 155, grifos da autora). Ou seja, para Neves (2018) a “construção de uma **oração** requer, portanto, antes de qualquer coisa, um PREDICADO, que tem como núcleo, basicamente, um elemento da categoria VERBO” (Neves, 2018, p. 155, grifos da autora).

Os predicados não verbais, para Neves (2018), são aqueles que não possuem um verbo “como núcleo no seu PREDICADO, e, sim, um elemento de outra categoria: um adjetivo, um substantivo ou um pronome” (Neves, 2018, p. 155, grifos da autora). Neste tipo de predicado o verbo funciona

apenas como ligação (cópula) entre o sujeito e esse núcleo nominal do PREDICADO, que assume a função de predicativo do sujeito. Por esta razão esse tipo de VERBO se classifica como VERBO de ligação, e o PREDICADO se classifica como nominal (nucleado por uma forma nominal, não verbal) (Neves, 2018, p. 156, grifos da autora).

Deste modo, Neves (2018) complementa afirmando que o predicado nominal “frequentemente tem como núcleo (predicativo) um adjetivo” (Neves, 2018, p. 156). E que “este tipo de construção (com um adjetivo como predicativo)” geralmente “ilustra o PREDICADO nominal nas lições de gramática, mas o núcleo predicativo (ligado ao sujeito por um VERBO de ligação) também pode ser um sintagma nominal” (Neves, 2018, p. 156, grifos da autora). Para a autora é importante destacarmos também sobre a valência dos verbos no predicado, pois a

noção de valência verbal vincula-se à consideração de que o VERBO, que é central, na análise da oração, requer um determinado número de participantes que com ele montem a cena que se representa na estrutura sintática oracional. A oração é vista como um conjunto de conexões que se

fazem a partir do VERBO, que é o nó central que dá unidade estrutural à oração” (Neves, 2018, p. 159, grifos da autora).

Complementando, Neves (2018) afirma que se “algum complemento não está expresso, mas é recuperável, ele está implicando na estrutura argumental e compõem a valência do verbo” (Neves, 2018, p. 160). O predicativo é o próprio núcleo do predicado, construindo-se com um verbo de ligação, a sua natureza é nominal e seu valor atributivo. Pode ocorrer casos em que um “verbo (que não é de ligação)” é um dos núcleos do predicado, e o predicativo é outro núcleo do predicado” nestes casos o predicado é chamado de verbo-nominal (Neves, 2018, p. 105).

Para Neves (2018) os predicados possuem “propriedades **sintáticas** (de construção) e **semânticas** (de conteúdo)” (Neves, 2018, p. 158, grifos da autora). Para ela, as propriedades incluem a forma, a categoria, o número dos termos, e o papel semânticos destes, pois está sobre influência de “quem age, ou seja, o agente” e daquilo “a que chega a oração” (Neves, 2018, p. 158, grifos da autora). Neste sentido podemos observar que Neves (2018) considera que os predicados são influenciados em sua composição e estrutura por aspectos sintáticos e semânticos.

3. Metodologia

Analisamos o ensino de predicados no Estado de Mato Grosso a partir de duas fontes: a apostila do *Sistema Estruturado de Ensino* que faz parte do *Sistema Maxi de Ensino*, fornecida pelo Governo de Mato Grosso as escolas de Ensino Fundamental e Médio no ano de 2022, e o livro didático, utilizado nos anos anteriores e aplicado até o ano de 2021. Em ambas as fontes de análise, recorreremos ao material da turma de 8º ano do Ensino Fundamental e buscamos comparar se o novo método de ensino aplicado é diferente ou não, e se é mais eficaz na transmissão do conhecimento, considerando-se a língua em uso. Durante nossa análise utilizamos os termos “LD” para o Livro Didático e o termo “apostila” para a apostila do *Sistema Estruturado de Ensino Maxi*.

Para comparação do ensino de predicados a apostila e no livro didático nos embasamos em Neves (2018) e em Cunha e Cintra (2017). Observamos se o trabalho pedagógico (as definições e descrições) aproxima-se da gramática descritiva ou da normativa.

Desta maneira, utilizando uma abordagem qualitativa de pesquisa, buscamos analisar, por meio de dados secundários e de uma pesquisa exploratória como se dá o ensino de predicados nas turmas de 8º ano do Ensino Fundamental. Procuramos fazer uma pesquisa

básica, analisando por meios das bibliografias selecionadas o ensino de gramática nas escolas e qual o tipo de gramática aparece em sala de aula.

A coleta de dados secundários se deu a partir da revisão bibliográfica e da análise de dados na qual utilizamos alguns recortes de atividades, mapas conceituais e boxes do livro didático e da apostila. Sendo assim, esta pesquisa fez uma análise comparativa e a partir desta comparação observamos se havia semelhanças ou diferenças do ensino de predicados nos materiais didáticos: livro didático e apostila. Sendo assim, nossa pesquisa buscou analisar o ensino de predicados e explicar a forma como o ensino pode ser realizado para o êxito do ensino de gramática na sala de aula.

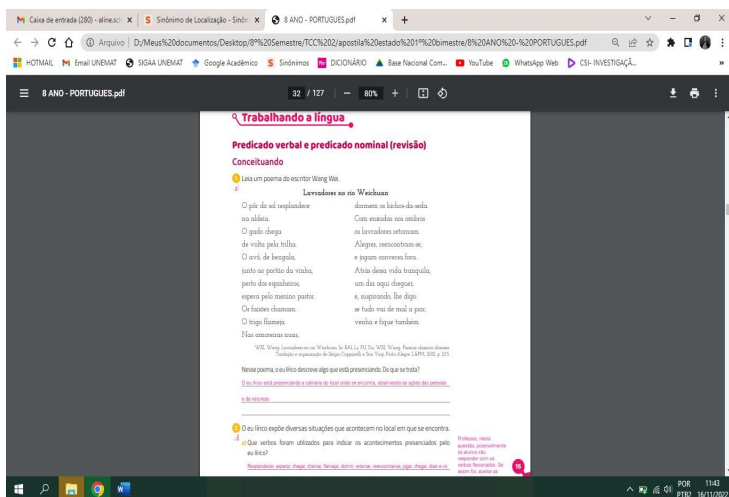
4. Análise

As apostilas do *Sistema Estruturado de Ensino* fazem parte do *Sistema Maxi de Ensino* e estão divididas em quatro cadernos multidisciplinares distribuídos bimestralmente. Usamos na análise dados coletados no primeiro caderno (primeiro bimestre), disciplina de Língua Portuguesa, Capítulo 01, que aborda predicados. O livro didático (LD) é apenas um volume para todo o ano letivo e, portanto, nossa análise consiste em dados coletados na Unidade 03: *Diário íntimo, declaração e petição online*, Capítulo 02- *Em busca de igualdade*, Seções: *Língua em estudo* e *Língua na real*. Todos os nossos recortes foram retirados do manual de professores em ambos os materiais.

4.1 O ensino de predicados na apostila

No primeiro caderno da apostila, o ensino de gramática encontra-se em um capítulo intitulado por *Versos e mais versos: o soneto*. A apostila menciona na seção *Trabalhando a língua* “Predicado verbal e predicado nominal (revisão)” (Maxi, 2019, p. 15) que o ensino de predicado se dá de forma sintetizada, pois é uma *revisão*. A seção inicia-se com uma análise de um poema no qual os alunos primeiramente identificam o eu lírico e apenas após isto passam a observar os verbos, conforme se observa na imagem abaixo:

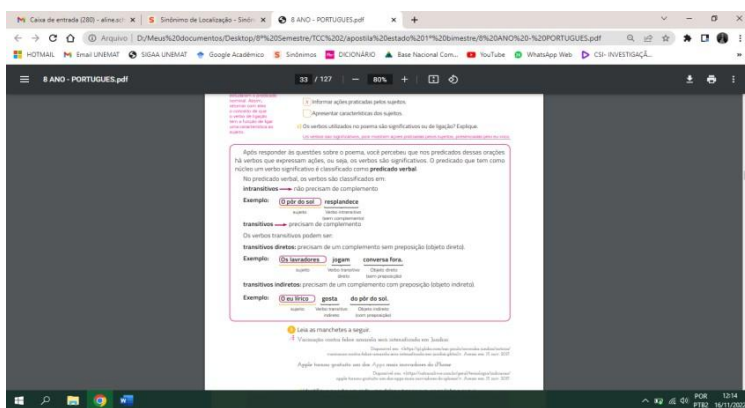
Imagem 01- Abertura da seção *Trabalhando a língua*



Fonte: (Maxi, 2019, p. 15)

Após a abertura da seção, a apostila apresenta, em um box, o conceito de verbos significativos e a relação que esses verbos apresentam no predicado verbal. De acordo com a apostila, estes tipos de verbos “expressam ações” (Maxi, 2019, p. 16), explicação, que, apesar de muito resumida, aproxima-se um pouco das definições das gramáticas normativas, que apresentam como os verbos significativos aqueles que “trazem uma ideia nova ao sujeito” (Cunha; Cintra, 2017, p. 149), acrescentando informações ao sujeito e não apenas expressando ações. O conceito da apostila se aproxima das gramáticas normativas, pois é exposto em um box a definição de predicado verbal e a relação que os verbos significativos têm nele, relacionando verbos e classificando como intransitivos, transitivos, transitivos diretos e indiretos, conforme a imagem a seguir.

Imagem 02- Box explicativo sobre predicado verbal



Fonte: (Maxi, 2019, p.16)

No box apresentado, os conceitos são bem simples e curtos, e os exemplos sobre os tipos de verbos intransitivos diretos e indiretos não são o suficiente para que os alunos

compreendam com exatidão o que seriam os verbos e como eles funcionam no predicado verbal. Apesar da necessidade de se explicar o que é e como funciona sintaticamente na estrutura das orações, este ensino é muito resumido. Após a explicação deste tipo de predicado, a atividade seguinte é sobre predicado nominal, baseada apenas na identificação dos verbos contidos nas manchetes e na designação das funções destes. Ou seja, a apostila apresenta as características que discutimos sobre a BNCC, em que os alunos apenas identificam e não focam na língua em uso, pois o documento menciona que é necessário no ensino “Conhecer” as funções sintáticas (BRASIL, 2018, p. 83).

4.2 O ensino de predicados no livro didático (LD)

O ensino dos predicados no LD se dá por meio das seções *Língua em Estudo* e *Língua na real* e acontece de forma bem sucinta. Em quatro laudas estão o conteúdo e os exercícios. A seção *Língua em Estudo* apresenta o conteúdo “Predicado nominal, Predicado verbal e Predicado verbo-nominal” (Nogueira, 2018, p. 98), distribuídos da seguinte maneira: duas atividades com trechos da Declaração Universal dos Direitos Humanos como textos motivadores a partir dos quais solicita-se aos alunos uma identificação de qual palavra caracterizaria o sujeito da oração (atividade 01) e uma identificação de orações e formas verbais de determinadas ações, conforme observamos na imagem três.

Imagem 03- Atividades de abertura da seção *Língua em estudo*

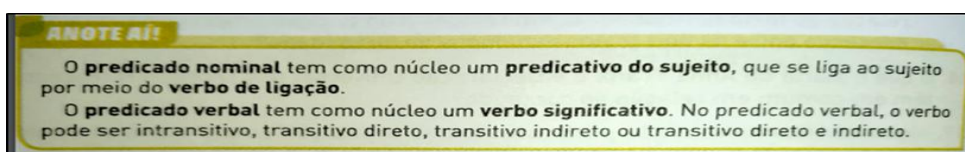
PREDICADO NOMINAL, PREDICADO VERBAL E PREDICADO VERBO-NOMINAL

1. Releia este trecho da Declaração Universal dos Direitos Humanos.
Artigo 7
Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei.
 - Na frase destacada, que palavra caracteriza o sujeito? Essa frase traz uma ação relacionada ao sujeito ou a uma característica dele?
2. Releia este outro trecho da Declaração Universal dos Direitos Humanos.
Considerando que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta [da ONU], sua fé nos direitos fundamentais do ser humano, na dignidade e no valor da pessoa humana e na igualdade de direitos do homem e da mulher e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla.
 - Nesse fragmento, há duas ações principais do sujeito "os povos das Nações Unidas". Que trechos e quais formas verbais indicam essas ações?

Fonte: (Nogueira, 2018, p. 98)

A explicação relacionando os verbos das orações aos predicados estabelece que uma “ligação entre o sujeito é uma expressão que o caracteriza” (Nogueira, 2018, p. 98) chama-se verbo de ligação e a expressão “ligada ao sujeito pelo verbo, é considerada **predicativo do sujeito**” (Nogueira, 2018, p. 98, grifo do autor). É apresentada a estrutura do predicado nominal como uma junção do “verbo de ligação + predicativo do sujeito” (Nogueira, 2018, p. 98), ao passo que o predicado verbal é aquele que possui como núcleo um verbo, um verbo significativo (Nogueira, 2018, p. 98). Este é um ensino de predicados sob a perspectiva da gramática tradicional.

Imagem 04- Box *Anote aí*



Fonte: (Nogueira, 2018, p. 98)

No box *Anote aí*, há uma explicação resumida do que seriam os predicados nominal e verbal. E em seguida o LD apresenta outra atividade em que pede para os alunos identificarem se o verbo selecionado no exercício é um verbo significativo ou de ligação e explicarem o porquê. Neste trecho, percebemos que o ensino de predicado se volta, assim como na BNCC, para **identificação e classificação**.

Os alunos sabem pelo livro que existem diferentes tipos de verbos, mas se resumiu tanto o conteúdo que partes importantes sobre os predicados foram desconsideradas. Há exercícios em que os alunos não só **identificam e classificam**, mas produzem orações com o predicado verbo-nominal a partir de alguns verbos significativos e adjetivos que são listados em uma tabela. Estas atividades fecham a seção *Língua em estudo*.

O ensino de predicado no LD, assim como na apostila, não é muito abrangente, pois o foco do ensino está na **identificação e classificação** destes e de suas estruturas, não levando em consideração as diferentes situações de usos da língua. Desta maneira, considera-se que, assim como no primeiro caderno das apostilas do *Sistema Estruturado de Ensino Maxi*, o tipo de gramática trabalhada no LD fundamenta-se sob a perspectiva da gramática normativa.

5. Considerações finais

Realizamos esta pesquisa a partir da implementação em 2022 das apostilas do *Sistema Estruturado de Ensino* organizado pelo *Sistema Maxi de Ensino* em Mato Grosso.

A substituição do livro didático pelo sistema apostilado Maxi no ensino público em Mato Grosso: uma análise comparativa com foco no predicado

Demonstramos, por meio de recortes da apostila e LD, o ensino de predicados. Para tanto, buscamos conhecer e explorar os conceitos e reflexões sobre os tipos de gramáticas e a relação do estudo de gramática e uso da língua em sala de aula a partir de Possenti (2012) e Neves (2013). Buscamos também identificar o tipo de gramática, normativa ou descritiva, que era utilizada em sala de aula.

Verificamos que em ambos os materiais didáticos o estudo dos predicados pauta-se na identificação e classificação, ou seja, na perspectiva das gramáticas normativas. Este dado, pautado nas habilidades previstas na BNCC, desconsidera a língua em uso e se estabelece sobre a base de um ensino focado em uma língua imutável.

Em síntese, observamos que o ensino de predicados nas turmas do 8º do Ensino Fundamental, é aplicado apenas a partir do livro didático ou apenas da apostila, mas em ambos faltam “conteúdo” sobre este termo essencial da oração. Ao compararmos o LD e a apostila, esta se apresenta um pouco mais completa que o LD, e, portanto, no que diz respeito ao ensino de predicados poderia ser considerada o melhor material didático.

Referências

- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática Portuguesa*. 39ª. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base> Acesso em: 26 de out. de 2022.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova Gramática do português contemporâneo*. 7ª. Ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.
- MAXI. *Ensino fundamental 2: português: 6º ao 9º ano: cadernos 1 a 4: professor /obra coletiva: responsável Thais Ginicolo Cabral*. 1. ed. São Paulo: Maxiprint, 2019.
- MAXI. *Ensino fundamental 2: multidisciplinar: 6º ao 9º ano: cadernos 1 a 4: aluno /obra coletiva: responsável Thais Ginicolo Cabral*. 1. ed. São Paulo: Maxiprint, 2019.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. 2ª. Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Que gramática estudar na escola?*. 4ª. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática do português revelada em textos*. São Paulo- SP: Editora UNESP, 2018.

NOGUEIRA, Everaldo. *Geração alpha língua portuguesa: ensino fundamental: anos finais: 8º ano*/ Everaldo Nogueira, Greta Marchetti, Maria Virgínia Scopacasa; organizadora SM Educação; obra coletiva, desenvolvida e produzida por SM Educação; editora responsável Andressa Munique Paiva. 2. ed. São Paulo: Edições SM, 2018.

POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. 2ª ed. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1996.